

CRISE DO REGIME

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 01.03.1983

O Brasil vive hoje sua maior crise desde 1963/64. Trata-se, sem dúvida, de uma crise muito diferente, na medida em que naquele momento a burguesia, sentindo-se ameaçada pelo próprio Presidente, uniu-se contra o Governo e foi buscar apoio nas Forças Armadas. Agora toda a sociedade se sente ameaçada, mas não há um “culpado” específico a ser atacado, nem um “agente salvador” (as Forças Armadas) a ser convocado

Os economistas e os empresários, envolvidos no dia a dia da atividade econômica, pensam que a crise é fundamentalmente econômica. E de fato, o componente econômico da crise é pesado: insolvência externa, estagnação interna, falências, desemprego, mádesvalorização beneficiando uns poucos em prejuízo de muitos, a efetiva paralisação do Governo em matéria de política econômica (afinal tudo indica que a má foi-lhe imposta de fora) são alguns dos elementos da crise econômica.

Outros podem pensar que se trata de uma crise moral. Os escândalos se sucedem, e a grande imprensa (e não apenas a imprensa alternativa, dotada de baixa credibilidade) os denuncia de forma implacável e competente: Delfim, Baumgarten-SNI, Capemi-Tucuruí somam-se agora aos escândalos do Governo Maluf e sob muitos aspectos os superam.

Na verdade, a crise econômica e a crise moral são apenas aspectos de uma crise maior da crise político-institucional. Esta crise vem há tempo se agravando. Iniciou-se com eleições de 1974, aprofundou-se com o “pacote de abril” de 1977, e foi parcialmente contornado quando o Presidente Geisel comandou o processo de “abertura” e afinal conseguiu fazer seu sucessor.

Com a escolha, no final de 1978, de um novo presidente que governava o país por mais 6 anos, o protesto da burguesia refluíu. Estabeleceu-se um novo acordo (ainda que precário) entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal, que permitiu ao Presidente Figueiredo um começo de governo tranqüilo e o prosseguimento da abertura.

Mas sobreveio o episódio do Riocentro, e em seguida, apesar dos casuísmos eleitorais, a fragorosa derrota do Governo nas eleições de novembro de 1982. Derrota, entretanto, que, graças àqueles casuísmos, não se traduziu em perda da maioria do Congresso e do Colégio Eleitoral.

Nesse sentido, as eleições aprofundaram de forma dramática a ilegitimidade do Governo. E desencadearam a presente crise político-institucional, da qual a crise econômica e crise política são componentes importantes, mas secundários.

O que está em crise hoje no Brasil é o regime autoritário-militar e, em segundo lugar, o padrão de acumulação, baseado na concentração de renda e no endividamento externo, que o acompanhou. Esta é a crise fundamental pelo simples motivo de que só o encaminhamento da sua solução poderá reunificar a sociedade civil, ou seja, poderá dar conteúdo a um pacto social democrático entre a burguesia, a classe média assalariada e os trabalhadores.

Esse pacto, entretanto, só poderá se formar e garantir a estabilidade básica do regime se este for alterado: democratizado. E esta democratização passa por uma questão fundamental: a eleição do novo Presidente da República.

A notícia de que o novo presidente será um civil não resolve em nada o problema.

Ninguém escolhido por esse Colégio Eleitoral poderá servir de base a aquele mínimo de consenso que um pacto social democrático exige. Sem uma reforma constitucional que mude a forma de escolha do Presidente a crise institucional só se agravaria em todos os planos: econômico, moral e propriamente político.(01/03)